

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 de NOVEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Proposta de Emenda à Constituição:

PROPOSIÇÃO Nº 139/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O artigo 54 da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte inciso XXXVI:

“XXXVI - dispor sobre o sistema de previdência e assistência social dos seus membros e dos servidores de sua Secretaria, extensivos ao cônjuge ou companheiro e aos dependentes.”

Art. 2º - Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, JOSÉ MARIA FERREIRA, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, NELSON GARCIA, ADEMIR BIER, SERAFINA CARRILHO, NELSON TURECK, EDNO GUIMARÃES, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS ZUK, SÉRGIO SPADA, ELI GHELERE, RENATO GAÚCHO, AUGUSTINHO ZUCCHI, NEREU MOURA, ALGACI TULIO, EDSON STRAPASSON, LUIZ ACCORSI, DIVANIR BRAZ PALMA, ANTONIO CARLOS BELINATI, PAS-TOR EDSON PRACZYK, MOYSÉS LEÔNIDAS, ANTONIO ANIBELLI, CESAR SELEME.

JUSTIFICATIVA:

A seguridade social é assegurada a todo cidadão, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do artigo 195 da CF. São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição. O artigo 24 diz: “Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrente sobre:

....

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;”

....

Visando contemplar, no âmbito do Estado, a previdência parlamentar, necessário se torna acrescentar à Constituição Estadual o mencionado dispositivo, para que, através da legislação específica, venha constituir o regime próprio de previdência, pelo exercício daquela atividade, que assegure ao deputado os benefícios e assistências.

Ressaltamos que a aposentadoria parlamentar foi instituída no Brasil acerca de 30 anos, nos moldes existentes nos principais Estados civilizados e democráticos do mundo, como a França, a Bélgica, EEUU, Israel, Alemanha, Suécia e outros, com a finalidade de agasalhar no futuro o Agente Parlamentar, garantindo-lhes a independência e honradez no desempenho de seu mandato, passando então o parlamentar a ter assegurada uma vida digna, após cumprir sua missão política com dedicação e patriotismo.